

## **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE INDÍGENA DE LÍNGUA DE SINAIS**

**David Kaique Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>**

**Bruno Henrique da Silva<sup>2</sup>**

Na perspectiva de uma comunidade surda se constituir enquanto um “grupo identitário”, ao trazermos a reflexão aos surdos indígenas percebemos que o reconhecimento da Libras como língua dos surdos brasileiros (BRASIL, 2002) não contempla a diversidade das pessoas surdas usuárias de outras línguas de sinais, ou tradutores e intérpretes indígenas das línguas de sinais, Esse processo pode levar, inclusive, a uma colonização linguística, sobrepondo-a às demais línguas existentes, mesmo que ainda não mapeadas.

É preciso situar o nosso lugar de fala como indígenas Tilsp parte da comunidade surda, em defesa das línguas indígenas, deixar estabelecido que não pesquisamos os conceitos de línguas indígenas e em específico as línguas de sinais indígenas (LSI) na perspectiva como línguas minoritárias/língua de minoria. Com o olhar aos estudos da diversidade cultural que trabalhamos com as LSI, não inferiorizando estas, o que se coloca em estudo não é a quantidade de falantes (sinalizantes), mas sim a situação política e social das línguas, para que possamos modificar esses status sociais.

Desde o reconhecimento legal da profissão do Tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa (Tilsp), pela lei nº 12.319 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), e com os avanços com relação a formação destes profissionais, na chegada dos cursos de graduação o perfil dos Tilsp vem mudando (MARTINS, NASCIMENTO, 2015). Mas poucas são as pesquisas com relação aos Tilsp indígenas, sobre sua formação, mesmo sendo observada uma procura de perfil para os Tilsp indígenas que fossem profissionais fluentes e qualificados em Língua Indígena de Sinais de sua comunidade/aldeia/escola para atuação direta com os indígenas surdos em suas diferentes etnias. Com as novas pesquisas e mapeamentos realizados nas aldeias nos diferentes cantos do Brasil, indígenas surdos foram aparecendo e com eles a necessidade de Tilsp para as Línguas Indígenas de Sinais com qualificados e fluência. LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.

A Resolução CNE/CEB 5/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no art. 11 e inciso 2º define o dever do sistema de ensino em disponibilizar materiais didáticos adaptados (específicos) para os indígenas surdos, no inciso 3º deixa claro a especificidade de atendimento diferenciado sem prejuízos do ensino da língua indígena aos alunos indígenas surdos, no inciso 4º trata da garantia da aprendizagem dos alunos bem como identificar e aprimorar pesquisas e estudos da Língua Brasileira de Sinais e outros sistemas de comunicação próprios utilizados entre pessoas indígenas surdas em suas respectivas

---

<sup>1</sup>Licenciado em História (FACSA), Licenciado em Letras Libras-Português (ETEP), Especialista em Libras: Docência e Intérprete (FACSA), Especialista em Inclusão e Diversidade na Educação pela UFRB e Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Professor e TILSP no Estado da Bahia, Brasil. E-mail: [davidlibras6@gmail.com](mailto:davidlibras6@gmail.com)

<sup>2</sup>Bacharel em Letras Libras-Português pela USFCAR Universidade Federal de São Carlos - USFCAR, TILSP no Estado da Bahia, Brasil. E-mail: [brunocarneiro@mail.uft.edu.br](mailto:brunocarneiro@mail.uft.edu.br)

comunidades, no

inciso 5º deixa claro que deve contar com assessoramento técnico especializado, sendo esse profissional o tradutor intérprete com formação e fluência na língua indígena da comunidade onde o indígena surdo está inserido. Com a garantia da acessibilidade comunicacional e atendimento específico em Línguas Indígenas de Sinais veio à urgência de se pensar no perfil do Tilsp que vai atuar nas diferentes modalidades e níveis de ensino da Educação Escolar Indígena. Diante dessas conquistas para comunidade indígena surda, devemos pensar em propostas de inserção da LSI como disciplina obrigatória na grade dos cursos de licenciatura intercultural indígena e optativas nas outras licenciaturas.

Contudo, sabe-se que é um processo lento, e que precisa de muitas lutas envolvendo os seus personagens ativos, pais, professores, comunidade, surdos, pesquisadores e os Tilsp que começaram a atuar nas áreas e que são indígenas. Este trabalho tem por objetivo descrever, investigar e refletir sobre a formação e atuação do Tilsp indígena específica em Língua Indígena de Sinais. Busca-se também, revelar as garantias trazidas na resolução CNE/CEB 5/2012 para o atendimento, acessibilidade comunicacional, material didático específico e Tilsp com formação e informação. Para a fundamentação teórica dos estudos dessa pesquisa, selecionamos a CNE/CEB 5/2012, Giroletti (2008), Vilhalva (2021), Ribeiro (1996) Brito (2004) e Albres (2012).

**Palavras-chave:** Línguas Indígenas de Sinais; Formação do TILSP Indígena; Atuação do TILSP Indígena.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Libras em estudo: ensino-aprendizagem**. São Paulo: FENEIS, 2012.  
BRASIL. Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 10 mai. 2022. BRASIL. BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que **dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 10 mai. 2022.

GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. **Cultura surda e a educação escolar Kaingang**. 2008. Disponível em: [Cultura surda e educação escolar kaingang \(ufsc.br\)](http://www.cultura-surda.ufsc.br/).

GOMES, J. C. ; VILHALVA, Shirley. **As línguas de sinais indígenas em contextos interculturais**. Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil Volume 2. 1. ed. Curitiba - PR: Editora CRV, 2021. v. 2. 116 p .

MARTINS, V.; NASCIMENTO, V. **Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro**. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 35, número especial 2, p. 78-112, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: Os urubus – Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: [SciELO - Brasil - Diários índios: Os Urubus-Kaapor Diários índios: Os Urubus-Kaapor](http://www.scielo.br/brasil/diarios-indios-os-urubus-kaapor).